

FERNANDO DE LARA

**AS VISÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO – A DÉCADA
DE 1980 COMO PONTO DE INFLEXÃO**

Monografia apresentada como requisito
parcial ao título de bacharel em Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Paraná .

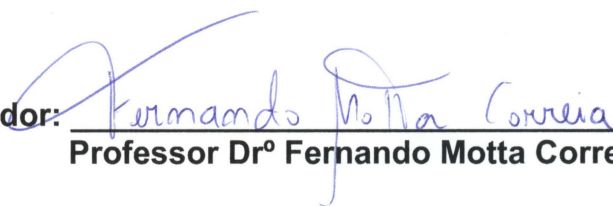
Orientadora: Prof^o Dr^o Fernando Motta Correia

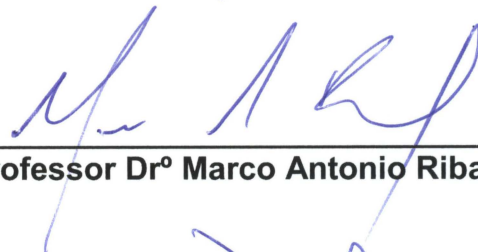
**CURITIBA
2011**

FERNANDO DE LARA

**AS VISÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO – A DÉCADA
DE 1980 COMO PONTO DE INFLEXÃO**

**Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, mediante a seguinte Banca Examinadora formada
pelos professores:**

Orientador: 
Professor Drº Fernando Motta Correia


Professor Drº Marco Antonio Ribas Cavaliere


Professor Drº José Guilherme Silva Vieira

Curitiba, 22 de dezembro de 2011.

DEDICATÓRIA

*A minha família que tornou possível
essa caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Ao tentar percorrer o caminho para a consecução de um trabalho aprendemos muito e sofremos da mesma maneira, mas “viver é lutar, luta que os fracos abatem os fortes os bravos só podem exaltar”, já dizia Gonçalves Dias.

É este o momento propício para me mostrar grato aos meus pais e avós, que tornaram possível iniciar esse verdadeiro trabalho e sempre torceram pelo meu sucesso. Também, não posso olvidar dos professores que tive, verdadeiros mestres que ensinaram a importância da ciência e instruíram-me para toda a vida.

Um agradecimento especial para meu orientador Fernando Motta que foi uma inspiração e pilar fundamental na consecução deste trabalho. Sou grato por acima de tudo ter confiado, apoiado e incentivado para esta realização.

A Srta. Latgé que debateu incansavelmente alguns assuntos, cedeu em alguns momentos e me fez mudar de opinião e direção em vários momentos sou eternamente grato.

“Sou antes brasileiro, e tenho o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil”.

(Barão do Rio Branco)

RESUMO

O presente trabalho trata do desenvolvimento econômico brasileiro sobre duas perspectivas: uma tradicional e outra heterodoxa. Procura apresentar como medidas tradicionais de desenvolvimento são insuficientes para capturar a complexa realidade que se instaura no Brasil após 1980 e seus respectivos desdobramentos nos anos seguintes em termos de uma nova visão paradigmática sobre o processo de desenvolvimento brasileiro. Estiliza-se uma abordagem interdisciplinar capturando elementos de três áreas chaves, a saber: Instituições, Economia e Sociedade, em uma perspectiva histórica objetivando demonstrar elementos fundamentais que auxiliem para a percepção deste espaçamento temporal como um ponto de inflexão em termos de uma estratégia de desenvolvimento econômico genuinamente brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, História do Pensamento Econômico Brasileiro.

ABSTRACT

This work deals with the Brazilian economic development on two perspectives: a traditional and another so called heterodox. The aim of this work is to show how traditional measures of development are insufficient to capture the complex reality that is established in Brazil since 1980 and their outcomes in the following years in terms of a new paradigmatic view on Brazilian development process. It is done in an interdisciplinary approach that captures various elements in three key areas, namely: Institutions, Economy and Society in a historical perspective aiming to demonstrate the key elements that help on the perception of 1980's as a turning point in terms of an economic development strategy genuinely Brazilian.

Keywords: Economic Development, Brazilian History of Economic Thought.

LISTA DE SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil
CIA – Central Intelligence Agency
CPI – Corruption Perception Index
EUA – Estados Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI – Fundo Monetário Internacional
GDP – Gross Domestic Product
IMF – International Monetary Fund
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
NU – Nações Unidas
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PPP – Purchase Power Parity
PPP – Parcerias Público Privadas
PROUNI -Programa Universidade para Todos
PSI – Processo de Substituição de Importações
RENAME - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SUS – Sistema Único de Saúde
UN – United Nations
URV – Unidade Real de Valor

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Taxas de Inflação e o Crescimento Real do PIB

Tabela 2 – Algumas Medidas de Desenvolvimento 1980 - 2011

Gráfico 1 – PIB Variação em %

Gráfico 2 – Taxas de Juros e Inflações mensais

Gráfico 3 – Percentual da população economicamente ativa ocupada por anos de estudo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECONOMIA.....	15
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES	17
2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	19
2.5. MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO: QUANTITATIVO OU QUALITATIVO	21
3 A VISÃO TRADICIONAL DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	24
3.1 O ESTRANGULAMENTO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA HISTÓRICO DO BRASIL – A CRISE DOS ANOS 1980.....	24
3.2 A BUSCA POR UMA REORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS ANOS 1990	26
3.3 AS INSTABILIDADES DO FINAL DOS ANOS 1990: NECESSIDADE DE AJUSTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA	28
4 A VISÃO HETERODOXA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	31
4.1 BRASIL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECONOMIA.....	31
4.2 BRASIL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES	34
4.3 BRASIL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	36
4.4 MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO E PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: CONSENSO?.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	45
ANEXO 1	50
ANEXO 2.....	51
ANEXO 3.....	52
ANEXO 4.....	53

ANEXO 5	54
ANEXO 6	55

1 INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é promover uma discussão a respeito das concepções tradicionais e heterodoxas no que tange ao desenvolvimento econômico brasileiro desde a década de 1980. Para tanto, é necessário realizar uma breve caracterização das concepções mais gerais sobre o desenvolvimento econômico, destacando aquilo que o compõe: Economia, Instituições e a Sociedade. Destarte se poderá realizar a harmonização desses elementos para a economia brasileira. O ponto de partida escolhido foi o início dos anos 80, pois foi uma fase que embasou e motivou muitas mudanças estruturais e qualitativas ao processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Este trabalho discutirá com alguma intensidade essas transformações que delinearão a trajetória assumida pelo Brasil nos anos 90 e 2000.

No primeiro capítulo tratar-se-á teoricamente os elementos que compõem os três aspectos-chaves que entendemos ser delineadores da concepção de desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar debatesse a insuficiência dos modelos clássicos relativamente ao papel da demanda no processo de desenvolvimento. Mais adiante discutisse a ineficácia de medidas como o PIB para exemplificar outros aspectos como liberdade, igualdade de oportunidades, distribuição de renda e qualificação da pessoa humana elementos também essenciais ao desenvolvimento econômico. Assim, analisar-se-á a contribuição de Amartya Sen (2010) e North (1989) para a compreensão das Instituições no âmbito do desenvolvimento econômico e o papel do capital humano na seara daquele mesmo objetivo.

Mais do que somente restringir-se aos aspectos *strictu sensu* das teorias sobre o desenvolvimento econômico, este trabalho apresentará em perspectiva histórica a partir dos anos 80 a visão do desenvolvimento brasileiro. Isto será objeto de estudo do segundo capítulo, o qual é composto por subdivisões em períodos que explicitam de forma pormenorizada os desafios à que a economia nacional foi submetida.

O terceiro capítulo é aquele em que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro em si é analisado e discutido com base nas considerações teóricas feitas no primeiro capítulo e com o auxílio de gráficos e tabelas. Por fim

apresentam-se as considerações finais sobre a temática proposta.

2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Estudar as causas fundamentais da riqueza das nações foi objeto de estudo de muitos autores da teoria econômica. Escritores estes como Adam Smith (1776) e David Ricardo (1817), que buscavam enxergar aquele objeto sob um ponto de vista prismático, não somente pelo olhar da economia, mas também pela política. O recente desenvolvimento desses estudos¹ levou a percepção de que o aspecto social não pode ser olvidado para a solução daquele problema.

É com foco sobre o trinômio política-economia-sociedade que este trabalho será desenvolvido. Para isso, faremos uma análise de cada um desses elementos a partir de algumas discussões teóricas sobre o desenvolvimento econômico.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECONOMIA

Por muito tempo defendeu-se que para uma sociedade desenvolver-se bastava gerar e garantir um ritmo de aumento do PIB em torno de 5% a 7%, ou então, ampliar a renda per capita no sentido de produzir mais a taxas mais elevadas do que o crescimento da população (Todaro, 2006 p. 15). Além dessas medidas, procurou-se visualizar o desenvolvimento econômico como uma tentativa de alteração da estrutura da economia. Em suma, o setor industrial e o de serviços ganham importância relativamente maior do que a agricultura, daí muitas políticas usarem a rápida industrialização como fator gerador daquela mudança.

Um terceiro ponto que precisa ser abordado e foi, efetivamente, colocado em prática pelas políticas desenvolvimentistas da década 1970, diz respeito aos incentivos, em termos de abatimento de impostos e taxas, que tem de ser concedidos somente as grandes empresas e aos mais ricos, posto que estes são os responsáveis pelo investimento, o qual, por conseguinte, quando ampliado, gera

¹ O desenvolvimento mais recente desses estudos não está na consolidação de uma nova teoria do desenvolvimento econômico em torno de um único escritor, mas na contribuição de diversos autores em campos correlatos à temática do desenvolvimento. Por exemplo, Sen (2010), North (1989), Thirlwall (2002). Recomenda-se a leitura para uma perspectiva evolutiva de *Theories of development: contentions, arguments, alternatives* de Richard Peet, e Elaine Rachel Hartwick (2009).

emprego e outras oportunidades para as grandes massas (Todaro, 2006 p.16).² É com essas concepções que o crescimento econômico *per si* bastava para determinar o desenvolvimento econômico, variáveis como liberdade individual, igualdade de oportunidades e distribuição de renda eram facilmente deixados de lado.

Segundo Thirlwall (2002, p. 29 - 32), a percepção clássica sobre o crescimento reside na análise de três fatores essenciais, a saber: capital (K), trabalho (L) e tecnologia (T), que interagem entre si formando um produto (Y)³. O incremento dessas variáveis, exogenamente determinadas, ao longo do tempo bastaria para garantir o crescimento econômico. Entretanto, essa modelagem representa um simples olhar para o lado da oferta, ou seja, vale o pressuposto da Lei de Say – toda oferta cria sua própria demanda.

As políticas estatais de redução de impostos agiam no sentido de estimular a criação de mais oferta sem, no entanto, considerar o mercado a que esta oferta deveria atender⁴. A mudança estrutural por ela mesma gera problemas econômicos na medida em que, por exemplo, os migrantes, que trocam a vida no campo para viverem nas capitais, pela falta de qualificação profissional não raramente acabam na marginalidade, ou seja, no mercado informal⁵ ou até no subemprego. Esse inchaço das cidades e desse mercado paralelo de empregos gera implicações macroeconômicas, dentre as quais podemos citar a queda na arrecadação e a piora relativa do país frente aos investidores internacionais, pelo aumento dos índices globais como o desemprego.

Essa breve discussão sobre o desenvolvimento econômico e economia elucidada que crescimento e desenvolvimento são diferentes. O puro e simples crescimento não significa desenvolvimento, pois aumento do produto interno bruto

² A literatura econômica denomina esse efeito como “*trickle-down*”. Um conceito breve sobre a teoria “*trickle-down*” pode ser encontrado em <http://www.merriam-webster.com/dictionary/trickle-down%20theory>. Acessado em 02 de Julho, 2011. As políticas concentradoras de renda postas em prática nos anos 70 pelo então ministro Delfim Neto embasam-se, de certa maneira, nessa ideia.

³ A função assume a seguinte forma: $Y = TK^\alpha L^{1-\alpha}$, onde Y é a produção e α a elasticidade da produção com respeito ao capital, e $1-\alpha$ a elasticidade da produção com respeito ao trabalho.

⁴ Veremos no capítulo 4 que o mercado no caso brasileiro pela concentração de renda não era capaz de anteder as expectativas dos empresários, de modo que as políticas de redução tributária levariam a externalidades negativas na medida que ampliam-se as restrições orçamentárias do governo.

⁵ Todaro (2006, p. 28) estima que de 1993 a 2004 quase 50% da força de trabalho brasileira estava no setor informal onde taxas podem ser evitadas e, nas palavras do autor, os direitos trabalhistas e as regulações podem ser evitadas. Esse dado é corroborado por Paim *et ali*, 2011, que em seu artigo encontrou uma taxa correspondente a 43,8% da população para o mesmo mercado.

não constitui distribuição de renda nem igualdade de oportunidades e participação plena na demanda por bens e nos mercados formais de trabalho.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES

A compreensão de que o incremento de renda é um meio e não um fim para o desenvolvimento econômico auxiliou na conceitualização de desenvolvimento como liberdade, trabalhado por Amartya Sen (2010). Mais importante ainda foi a inclusão de variáveis institucionais na definição de desenvolvimento, ou seja, a maneira de ser de uma sociedade, bem como suas normas e regras. Passou a ser de suma importância analisar as instituições sociais: o sistema de classes, a organização da propriedade, o sistema educacional; e, também, as instituições políticas na forma de: estruturas de poder, divisão partidária e os mecanismos de obtenção de poder.

Resumidamente adotou-se um paradigma mais centrado no ser humano tendo a equidade como princípio; a ampliação de oportunidades e capacidades como objetivos e o Estado democrático a peça fundamental para a observância daquelas (Furlanetto, 2008, p.2). Na seara econômica o papel das instituições foi trabalhado por North (1989) e Williamson (1989), aquele numa perspectiva histórica e este com base na teoria dos custos de transação. Esses autores contribuem, pois demonstram que os Estados mais desenvolvidos tem instituições mais sólidas⁶ e, por isso, são capazes de reduzir a incerteza. Quando elas estão aliadas a tecnologia diminuem os custos de intercâmbio, criando ciclos virtuosos⁷, na acepção de Myrdal (1984). Um problema apontado por North (1994) é que as instituições muitas vezes não foram criadas pensando na efetividade, ao contrário foram moldadas, quando não construídas, “para servir aos interesses daqueles com poder de barganha para criar regras formais” em benefício próprio.

⁶ Todaro (2006, p.79) enumera alguns desses mecanismos essenciais, a saber: direitos de propriedade, sistema judiciário eficaz, de baixo custo e de fácil acesso, com mecanismos de solução de controvérsias e execução contratual através de tribunais e outros foros.

⁷ Ao estudar a economia dos países subdesenvolvidos, Myrdal (1957) percebeu a existência de um círculo vicioso do atraso e da pobreza, que poderia ser rompido pela aplicação planejada de reformas econômicas. É através desta análise, incorporando elementos não-econômicos ou não diretamente econômicos (como melhora nos padrões de saúde, instituições, tecnologia, por exemplo), que Myrdal abriu a perspectiva de desenvolvimento econômico – social, percepção que economistas tradicionais não eram capazes de enxergar.

Faletto e Cardoso (2004) trabalham com aspectos institucionais e organizacionais na América Latina, demonstrando, sobre uma perspectiva histórico-sociológica, que o sistema de colonização profundamente extrativo, com dominação da metrópole, criou costumes políticos e sociais tão arraigados que até hoje atrasam o desenvolvimento de toda a região. A estrutura política moldada com o uso do poderio econômico fez com que interesses individuais ficassem a frente dos coletivos.

Em suma, o que se deve inteligir da teorização acima colocada é que as instituições são elementos garantidores de duas necessidades básicas e naturais do ser humano: igualdade e liberdade. Necessidades estas que permeiam e são fundamentais à nova percepção de desenvolvimento econômico.

As instituições constituídas sem viés propiciam regras, bem como mecanismos, capazes de fazer com que a liberdade floresça sem comprometer a igualdade, de modo que não sejam criados obstáculos ao progresso socioeconômico e a incorporação dos excluídos ao mundo dos incluídos. É dessa maneira que as instituições tornam-se geradoras ou barreiras ao desenvolvimento econômico, na medida em que alteram as estruturas sociais e políticas, tanto quanto a maneira de ser e pensar dos indivíduos.

Desta forma, as estruturas institucionais explicam em parte os resultados das políticas ortodoxas estabilizadoras, aplicadas, na década de 1980 e 90, nos países em desenvolvimento da América Latina (Cotelo; Lima, 1997). O equilíbrio macroeconômico envolvia reformas fiscais e financeiras, bem como a própria maneira de ser do marco regulatório. A fase de implantação destas nomeou-se “ajustamento”, haja vista que aqueles países deveriam adaptar-se ao modo de ser, existir e interagir próprio do mundo desenvolvido.

Assim sendo, os países deveriam buscar: 1) maior liberalização de seus mercados internos (estimulando a concorrência); 2) desestatização (aumentando a competitividade); 3) superávits primários (facilitar o pagamento da dívida externa); 4) controle das pressões inflacionárias e das taxas de juros básicas. (Agenor, 2000)

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A definição de desenvolvimento econômico e social consiste, em sua essência, em um entrelaçamento profundo e constante, posto que, variáveis estritamente econômicas não são capazes de resolver satisfatoriamente nosso problema. Para tanto, recorre-se a contribuição de Theodore Schultz⁸, o primeiro teórico do capital humano. Schultz (1961, p. 17) define investimento em capital humano como a decisão de usar recursos escassos para melhorar a produtividade, presente ou futura, dos seres humanos, bem como sua renda.

Segundo o autor, existem três áreas chaves que propiciariam um aumento da qualidade do capital humano, a saber: saúde, o ensino escolar e a infância.

Em se tratando da saúde, Schultz afirma sob o ponto de vista do indivíduo que uma vida longa oferece incentivos adicionais para a aquisição de mais instrução como um investimento para futuros ganhos e sob o ponto de vista macroeconômico que mais saúde e mais vitalidade traduzem-se em maior produtividade⁹ (SCHULTZ *apud* RAM; SCHULTZ 1979). Em suma, o autor afirma que “o valor econômico do capital humano, [...], é aumentado quando sua vida útil se prolonga”(SCHULTZ, 1987, p.50).

No que tange ao ensino, o autor atenta para o fato de que é incorreto tratá-lo como despesa de consumo ou redução da poupança, pois ele responde por grande parte do aumento da qualidade da população sendo, portanto, um investimento. O ensino escolar não é algo que se exauri no ato de seu consumo, mas sim a formação de

“um capital produtivo, incorporado [intrinsecamente] aos seres humanos que proporciona futuros serviços. Estes serviços consistem em futuras rendas,

⁸ O foco inicial de Theodore Schultz (*1902 – †1998) estava nos problemas enfrentados pela agricultura dos Estados Unidos durante a década de 30 e os anos de guerra. Schultz estudou estratégias para lidar com flutuações econômicas e caprichos do tempo sobre os agricultores e a agricultura. O resultado desses estudos está no livro *Agriculture in a Unstable Economy* (1945). Durante o pós-guerra, Schultz examinou dois países, Alemanha e Japão, comparando a situação desses países à do Reino Unido, onde ainda havia racionamento de alimentos muito tempo depois da guerra. Concluiu que a velocidade de recuperação se devia a uma população saudável e altamente educada. Segundo ele, a educação torna as pessoas produtivas e a boa atenção à saúde aumenta o retorno do investimento em educação. Assim, introduziu a ideia de "capital educacional" relacionando-o especificamente aos investimentos em educação. Tal ideia foi a base da Teoria do Capital humano, que trabalhou mais especificamente em outras obras como: *Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research* (1971), e *Human Resources/Human Capital: Policy Issues and Research Opportunities* (1972).

⁹ Rati Ram and Theodore W. Schultz “Life Span, Savings, and Productivity.” *Economic Development and Cultural Change* 27, no.3 (April 1979):394-421

futura capacidade de auto-emprego e atividade familiar e futuras satisfações de consumo” (SCHULTZ, 1987. p.47)

Por infância Schultz entende por melhorias no âmbito familiar em termos de comportamento. É uma mudança de conduta quanto à demanda por medicamentos, ensino escolar, serviços de saúde e alimentos, em maior quantidade e mais sofisticados.

Schultz inova ao diferenciar capital físico, como terra, trabalho e máquinas de capital humano. Sua perspicácia o fez perceber que a acumulação deste elemento é fundamental para o desenvolvimento econômico e, portanto não pode ser excluído deste estudo.

Todaro (2006, p. 369) define capital humano como educação, saúde e outras capacidades humanas que quando ampliadas podem aumentar a produtividade. Este autor analisa a educação relacionando a demanda e oferta da mesma, procurando determinar quantas vagas escolares foram providenciadas, quem tem acesso a elas e qual a qualidade do ensino que essas pessoas estão recebendo (Todaro 2006, p.380). Com relação à saúde, o autor aponta que um olhar sobre a mortalidade infantil ou sobre a expectativa de vida pode levar a conclusões errôneas. Isto porque a expectativa de vida pode significar duas coisas, ou anos adicionais de vitalidade e produtividade ou anos extras de extrema pobreza e sofrimento. As estatísticas sobre a mortalidade infantil segundo o autor geralmente não refletem a situação geral do país, muito embora seja uma boa variável *proxy* (Todaro 2006, p. 392).

Constata-se a partir da realidade mundial que existem países ricos, mas sua população é majoritariamente pobre. Dessa mesma realidade se verificam países cuja renda é média e, no entanto seus habitantes desfrutam de um padrão de vida homogêneo. Por isso, é fundamental, para a total compreensão do fenômeno do desenvolvimento econômico, perpassar pela distribuição de renda.

A distribuição de renda, segundo Ramos e Mendonça (2005, p.357), quando associada a renda *per capita* reflete a ideia de “eficiência econômica”, por ser fruto da trajetória de crescimento, e também a percepção de “justiça social” por representar o grau de equidade na repartição da renda total. Existem várias medidas de uso geral para essa disparidade, dentre elas cita-se: Índice de Gini, curva de

Lorenz, Índice de Desenvolvimento Humano, no entanto ressalva-se que em estudos específicos é preciso identificar *a priori* a metodologia de trabalho.

Aqui tratar-se-á da distribuição de renda no sentido de bem-estar de Atkinson (1975)¹⁰, não olvidando as percepções de justiça social¹¹ e retrato da eficiência econômica trabalhados por Ramos e Mendonça (2005).

2.5. MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO: QUANTITATIVO OU QUALITATIVO

Até o presente momento viu-se que novos olhares sobre o desenvolvimento econômico exigiram na mesma proporção inovações em termos de mensuração daquele objeto. É graças ao trabalho do economista paquistanês Mahbub ul Haq juntamente com Amartya Sen, e outros economistas do desenvolvimento¹², com a criação de uma medida única para uma localidade¹³, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se conseguiu alterar o foco da análise da economia para o bem-estar da pessoa humana. Redirecionando as análises no sentido de utilizar não somente o PIB ou o método do *Purchase Power Parity* (PPP)¹⁴, mas sim elementos centrais ao bem-estar como expectativa de vida e educação (anos médios de estudo

¹⁰ O autor usa técnicas microeconômicas para determinar simultaneamente a alocação mais eficaz dentro de uma economia associando uma distribuição de renda a mesma. Para mais detalhes ver Figueirêdo (2007).

¹¹ A percepção de justiça e sua aplicabilidade para a avaliação das instituições sociais foi extensivamente trabalhada por John Rawls em *A Theory of Justice* (1971). Rawls coloca que no estado de natureza, ou na posição original, todos os indivíduos compartilham de uma situação equitativa. É a partir daí que o autor formula os princípios de liberdade (cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que sejam compatíveis com um sistema de liberdade para as outras) e da igualdade (as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo: a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável (princípio da diferença); b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (princípio da igualdade de oportunidades)).

¹² Paul Streeten, Frances Stewart, Gustav Ranis, Keith Griffin, Sudhir Anand e Meghnad Desai.

¹³ Coloca-se localidade, pois o IDH pode ser calculado tanto a nível mundial, quanto regional e municipal. Além disso, os sub índices que o formam podem igualmente ser uma boa medida para uma análise. Os índices que o compõem são:

1) Expectativa de vida ao nascer (EV) = $(EV - 20)/(83,2 - 20)$;

2) Índice de educação (EI) = $\frac{\sqrt[3]{IAME \times IAEE - 0}}{0,951 - 0}$, onde Índice de Anos Médios de Estudo (IAME) = $(AME-0)/(13,2-0)$ e Índice de Anos Esperados de Escolaridade (IAEE) = $AEE - 0 / 20,6 - 0$.

3) Índice de renda (IR) = $(\ln(RNBpc) - \ln(163))/(\ln(108.211) - \ln(163))$.

O IDH é a média geométrica dos três índices anteriores normalizados. Fonte: Relatório do desenvolvimento humano 2010 – PNUD <disponível em:

http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf> Acesso em: 19/11/2011.

¹⁴ Segundo o relatório de desenvolvimento humano 2010 (p. IV) o PIB é uma medida não contextualizada e os diferenciais das taxas de câmbio acabavam enviesando os resultados das análises.

e anos esperados de escolaridade) juntamente com o comportamento da economia nacional, sendo este capturado pela renda nacional bruta *per capita*.

Outra maneira eficiente de mensurar como a riqueza se divide dentro de um território é por meio do coeficiente de Gini. Segundo Raj (1998 p. 188), a vantagem principal está em ser uma proporção entre números de mesma grandeza (%) facilitando assim a comparação ao longo do tempo, em uma série histórica, e entre países. Para o mesmo autor esse índice detém 4 características importantes:

- Anonimato: não importa quem ganha o mais alto ou o mais baixo salário;
- Independência de escala: o coeficiente de Gini não considera o tamanho da economia se é um país rico ou pobre;
- Independência de população: não importa o quão grande a população do país é;
- Princípio de transferência: se o rendimento (menos do que a diferença), é transferido de uma pessoa rica para uma pessoa pobre a distribuição resultante é mais igual.

Paradoxalmente, uma limitação do Gini está na sua natureza relativa, pois ele perde informações sobre a riqueza nacional e rendimentos pessoais absolutos. Por exemplo, países podem ter coeficientes de Gini idênticos, mas diferirem em termos de riqueza. Além disso, Gini não aborda as causas, ou seja, a igualdade de renda pode refletir diferenças de oportunidade, ou a capacidades adquiridas por maiores anos escolares. É por isso que ao longo do trabalho usaremos simultaneamente vários índices para analisar a situação que propomos.

Não se pode olvidar que existe uma limitação no IDH também, dado que não existe um parâmetro para medir distribuição de renda, bem como desenvolvimento institucional no cômputo deste indicador. As Nações Unidas (ONU) desde 2010 introduziu o *inequality adjusted HDI* (IHDI)¹⁵, descontando de cada dimensão do IDH um valor médio também de cada dimensão, obtendo uma medida “real” de desenvolvimento humano¹⁶. É importante salientar que relativamente a construção de medidas de desenvolvimento estas tem buscado capturar elementos mais qualitativos do processo de desenvolvimento econômico em sua perspectiva

¹⁵ O Anexo 6 mostra a tabela do IHDI do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.

¹⁶ Do original *actual human development*.

multidisciplinar. Quando, se compara o PIB per capita com o 'novo' IDH percebemos isso claramente.

3.A VISÃO TRADICIONAL DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

3.1. O ESTRANGULAMENTO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA HISTÓRICO DO BRASIL – A CRISE DOS ANOS 1980

É durante o governo de Getúlio Vargas, em 1930, que historiadores como Caio Prado Júnior (1970) e Celso Furtado (2007) identificam o início do processo de industrialização da economia brasileira com base na substituição de importações. Este processo se inicia primordialmente pelo estrangulamento externo imposto pela crise mundial de 1929 e, em segundo lugar, por uma ação estatal focada na internalização da produção de bens que no período pré-crise eram importados e numa desvalorização da taxa cambial para aumentar a competitividade nacional.

Assim sendo, essa política tinha como objetivo último a superação da dependência estrutural¹⁷ até então ditada pelo nível de atividade da economia mundial, notadamente, no caso brasileiro pela flutuação dos preços do café, seu principal produto de exportação. Até 1973 este modelo se encaixou as necessidades do Brasil, no entanto os choques de preços do petróleo e o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos¹⁸ invertem a trajetória ascendente de crescimento da economia mundial.

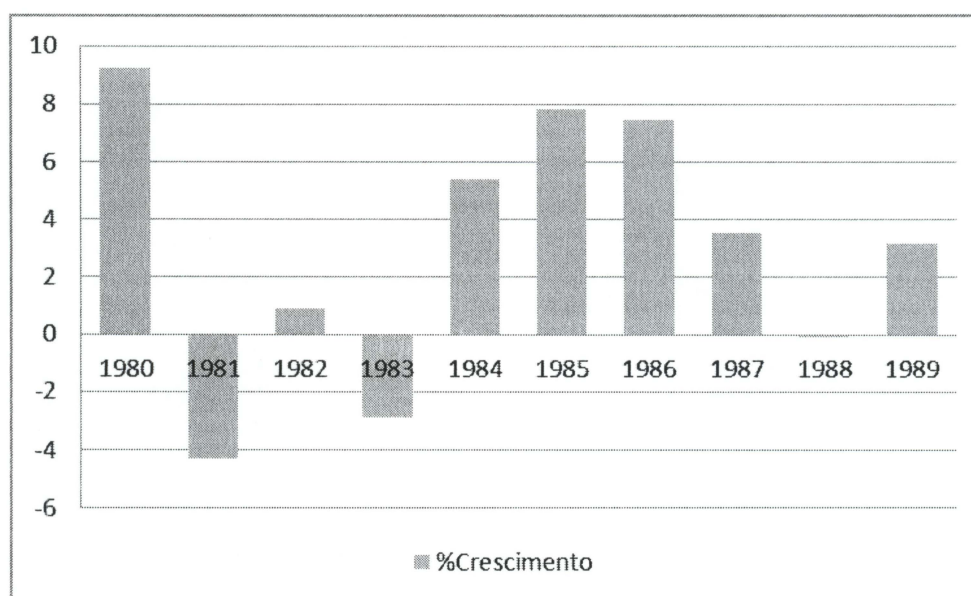
Segundo Giambiagi *et al* (2005, p. 97-99), a balança comercial brasileira passou de um certo equilíbrio em 1973 para um déficit de US\$4,7 bilhões no ano seguinte. Os aumentos dos juros contribuíram para o incremento dos déficits em conta corrente dos países em desenvolvimento, principalmente no que tange à rolagem das dívidas externas, as quais foram contratadas a taxas flutuantes. Esse cenário adverso, de retração da demanda dos países desenvolvidos e de escassez de crédito, levou a crise da dívida latino-americana e deu uma amostra do que seria a década de 1980.

¹⁷ Os países subdesenvolvidos tiveram, segundo Furtado (1974), um processo de industrialização derivado, uma consequência do desenvolvimento dos países industrializados, ou até de suas necessidades de bens primários. Este processo histórico específico do Brasil criou uma industrialização dependente dos países já desenvolvidos e, portanto, não poderia ser superado sem uma forte intervenção estatal que redirecionasse o excedente, até então usado para o consumo de bens de luxo pelas classes mais abastadas, para o setor produtivo. Note-se que isto não significava uma transformação do sistema produtivo por completo, mas um redirecionamento da política econômica e social do país que levasse em conta o verdadeiro desenvolvimento social.

¹⁸ A taxa de juros subiu continuamente até que em 1981 atingiu o pico de 16,4% ao ano, mais que o dobro dos 7,9% vigentes no ano anterior ao choque (Giambiagi *et al*, 2005. p. 97).

Para Suzigan (1992), o crescimento da produção industrial brasileira durante a década de 1980 foi 0,2%, ou seja, praticamente nulo. Giambiagi *et al* (2005, p.110) observa que entre 1981-1983 o produto interno bruto decresceu em média 2,2% ao ano, muito embora tenham existido alguns picos ao longo da década (1984-1986), o desempenho da economia é fundamentalmente caracterizado por fortes oscilações, como se observa no gráfico 1.

Gráfico 1 – PIB Variação em %



Fonte: BACEN

Além disso, houve uma aceleração da tendência à inflação motivada pela crescente indexação formal e informal da economia (Bresser-Pereira, 1989), o que afetou de sobremaneira o poder de compra das classes mais desfavorecidas, as quais não detinham mecanismos de defesa como a correção monetária. Durante o período em questão existiu uma variação quanto ao contracionismo e ao expansionismo das políticas monetária e fiscal pelo diagnóstico de inflação pelo lado da demanda. Essa modificação conjuntamente com as desvalorizações cambiais e a crescente inflação levaram ao aumento da dívida pública (Giambiagi *et al*, 2005 p.112). Assim sendo, a visão tradicional denomina este período como: “a década perdida”.

3.2. A BUSCA POR UMA REORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS ANOS 1990

A década de 1990 inicia-se com muitos desafios a serem vencidos. Muitos desses eram heranças da década passada, a saber: altos níveis de inflação, dívida pública crescente, baixa produtividade e a falta de dinamicidade da economia como um todo. Assim sendo, o projeto de desenvolvimento nacional tem uma revolução copernicana, um giro de 180 graus, que alterou as bases da economia brasileira.

Até a década passada, buscava-se a industrialização por intermédio das políticas de substituição de importações. No entanto, dada à conjuntura do país e do mundo a alternativa escolhida foi a adoção das propostas defendidas pelos economistas do Institute for International Economics de Washington que propunham uma lista de reformas na área econômica a serem adotados pelos países em desenvolvimento para que entrassem em uma trajetória de crescimento auto sustentado (Stiglitz, 2002).

O consenso como inicialmente previsto por Williamson (1989) incluiu dez amplos conjuntos de recomendações de política relativamente específica:

1. Política fiscal disciplinada, evitando grandes déficits fiscais em relação ao PIB;
2. Redirecionamento dos gastos públicos a partir de subsídios em direção a outros programas como educação primária, cuidados de saúde primários e os investimentos de infra-estrutura;
3. Reformas na estrutura tributária e nos impostos;
4. Taxas de juros em termos reais e determinadas pelas forças do mercado;
5. Taxas de câmbio competitivas;
6. Liberalização do comércio - liberalização das importações, com especial ênfase na eliminação das restrições quantitativas; a proteção comercial deveria acontecer por intermédio de tarifas baixas e relativamente uniformes;
7. Liberalização do investimento estrangeiro direto;
8. Privatização de empresas estatais;
9. Desregulamentação - abolição de regulamentações que impedem a entrada no mercado ou restrinjam a concorrência, exceto para

aquelas justificadas por razões de segurança, proteção ambiental e do consumidor;

10. Segurança legal dos direitos de propriedade.

Foi com base nesses princípios que o Brasil reorientou sua “política de ajuste” nos anos 1990 e deu novos rumos para sua economia. No que tange a política fiscal o Brasil buscou reduzir a relação dívida pública/produto interno bruto, para tanto abriu mão de diversas estatais, num programa de privatização que envolveu vários setores lucrativos e não lucrativos. Além disso, o país redirecionou a lógica de investimentos através das parcerias público-privadas¹⁹.

A pressão para alcançar as metas de superávit alternou a lógica da economia nacional: do mercado interno para o enfoque no setor externo. Auxiliaram para essa mudança de trajetória, as políticas macroeconômicas restritivas que esgotavam o poder de compra do mercado interno e a crescente financeirização da economia (Pochmann, 2010 p.95-107). Do mesmo modo, o câmbio valorizado e o choque de concorrência, à que as firmas nacionais foram submetidas quando da abertura comercial, contribuíram para o redirecionamento da matriz econômica para o setor externo, tornando-o mais dinâmico.

É premente ressaltar que o resultado dessa década foi alcançado graças à “desmobilização do Estado”²⁰ ao tornar efetiva sua política econômica como demonstramos com as inovações acima e ao restabelecer o controle sobre o nível de preços. A política de estabilização atuou em diversas frentes ficando, no entanto, popularizada pelo Plano Real. Este plano foi lançado em 1994, e acabou combinando elementos heterodoxos de indexação (URV), e ortodoxos como o ajuste fiscal, que discutimos há pouco. Neste período a taxa de juros foi mantida elevada o que proporcionou uma grande entrada de divisas no país, valorizando a moeda

¹⁹ Segundo Demian Fiocca (2004) as parcerias público privadas (PPP) produzem ganhos de eficiência. As PPP são contratações em que o particular: assume obrigações de resultado e não apenas de meio, e têm por característica certa flexibilidade quanto à forma de execução, haja vista serem contratuais, sob a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal. A remuneração do contratado deve ser uma contrapartida pelas utilidades que ele disponibiliza e não uma remuneração de cada tarefa isoladamente considerada (execução de obra, manutenção, etc). A amortização está no longo prazo, sendo obtida pela exploração econômica do serviço e/ou por remuneração paga diretamente pela Administração.

²⁰ Bresser-Pereira em seu livro A dívida e a inflação: a economia dos anos Figueiredo 1978-1985 coloca que desde a década de 80 o Estado brasileiro encontrava-se imobilizado no sentido de que o pacto político com a burguesia não permitia ações eficazes por meio de políticas econômicas (fiscal e monetária).

estrangeira. Como reflexo a pressão em torno das firmas nacionais aumentou acentuando-se a concorrência (BAER 2002, p.221).

Tabela 1 – Taxas de Inflação e o Crescimento Real do PIB

PERÍODO	IGP-DI/FGV	PIB
1990	1476,70	-4,3
1991	480,2	1
1992	1157,8	0,5
1993	2708,2	4,9
1994	1093,9	5,8
1995	14,8	4,2
1996	9,3	2,7
1997	7,5	3,6
1998	1,7	-0,1
1999	19,9	0,8
2000	9,8	4,2

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Com o auxílio da tabela 1, percebe-se os efeitos do Plano Real. A inflação acumulada em cinco anos pós 1994 (excluso) não atingiu 65% enquanto que somente em 1993 atingiu mais de 2700%. Para o mesmo período numa média mensal isso é pouco mais de 1 %. Observa-se o bom comportamento do PIB nos anos 1994 – 1995, uma taxa média de crescimento real de 5,0%, superior à média dos três anos anteriores. Entretanto, esse não foi o padrão de toda a década de 1990, os anos 1995 – 2000 tiveram peculiaridades que atingiram fortemente a economia brasileira.

3.3. AS INSTABILIDADES DO FINAL DOS ANOS 1990: NECESSIDADE DE AJUSTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O período 1995 a 2002 foram extremamente conturbados. O ambiente internacional foi palco de três crises graves, a Crise Mexicana (1995), a Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998), as quais refletiram no ambiente

macroeconômico nacional tornando-o instável e criando problemas, principalmente no que tange à taxa de câmbio, aos saldos negativos da conta corrente e a taxas de juros extraordinárias. Ao iniciar o segundo mandato, o então presidente Fernando Henrique Cardoso se deparava com os efeitos da última crise, e, por isso, se reunia com o Fundo Monetário Internacional na esperança de obter divisas para financiar os saldos negativos da conta corrente. Porém, a incredulidade do mercado nos esforços do governo para manter a taxa de câmbio apreciada, aliada a falta de apoio do Congresso com a rejeição da proposta de contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos tornou-se um obstáculo intransponível para a política governamental de defesa do regime cambial, ocasionando, por fim, uma forte desvalorização cambial.²¹ Os acontecimentos, de fato, ilustram o que Bresser-Pereira (2007) afirma: desde 1995 a estratégia econômica do país passou a ser ditada pelo exterior e o país passou a crescer com poupança externa²².

O contexto externo no quadriênio 99-2002 também não era muito favorável ao Brasil, o país enfrentou a maior crise econômica da Argentina, a contração dos mercados consumidores da América Latina, os efeitos dos atentados terroristas contra as Torres Gêmeas de Nova York, a desvalorização do euro, a contração da liquidez internacional e uma queda acumulada de 17% do preço médio das exportações brasileiras entre 1998 e 2002 (De Lara, 2010 p.17). Por isso, as políticas governamentais trabalharam no sentido de conter as crises mantendo salvaguardadas as estruturas em que a economia brasileira havia se edificado no passado recente, a saber: setor externo dinâmico, altas taxas de juros, câmbio valorizado e abertura comercial.

No entanto, o final da década é oneroso para a economia brasileira. A taxa cambial passa a ser administrada pelo modelo *dirty floating*²³, com intervenções do

²¹ Discussão acerca da correlação entre política fiscal / taxa de câmbio valorizada no início do Plano Real pode ser encontrada em: PASTORE, A.C. & PINOTTI, M.C. **O Futuro do Real: o uso das políticas fiscal e monetária para estabilização interna e externa**. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord). *O Real, o crescimento e as reformas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1996.

²² Em seu livro *MACROECONOMIA DA ESTAGNAÇÃO* Bresser-Pereira utiliza como linha mestra para suas críticas o que ele define por *ortodoxia convencional*, aquele conjunto de práticas que os países desenvolvidos impõem aos em desenvolvimento e que no fundo promovem o atraso relativo desses últimos. Quanto ao conceito de poupança externa leia-se déficit em transações correntes.

²³ Um sistema de taxas de câmbio flutuantes em que o governo ou Banco Central do país, ocasionalmente intervém para mudar a direção do valor da moeda do país. Na maioria dos casos, o aspecto de intervenção de um sistema de flutuação suja é destinado a atuar como um amortecedor contra um choque econômico externo antes que seus efeitos tornam-se verdadeiramente perturbadores para a economia doméstica. Outro termo que designa esse sistema é flutuação

governo. Os juros básicos ficam entre os mais altos do mundo, como medida para conter a inflação e a saída de capitais estrangeiros. O índice de Gini, que mensura a desigualdade da distribuição de renda, variou de 0,647, em 1989, a 0,590 em 1996²⁴ evidenciando certo avanço nessa área (Δ 0,057).

Uma vez realizado o ajuste macroeconômico as políticas públicas puderam dar mais atenção aos outros assuntos também essenciais ao desenvolvimento econômico como a criação de oportunidades iguais aos cidadãos em termos relativos à educação, saúde e também a programas redutores da pobreza extrema.

Ao final desse ciclo pode-se dizer que o Brasil avançou, pois diminuiu o analfabetismo²⁵ (entre 1986 e 1997, de 20,0% para 14,7%²⁶), criou um Sistema Único de Saúde (SUS) com alcance universal e isento de custos diretos aos usuários, desconcentrou renda com o programa Bolsa Família e deu um passo a frente na universalização do ensino e na redução das desigualdades ao criar programas de inserção no ensino superior.

administrada – *managed floating* Froyen (2002, p.553 – 557). Para um comparativo entre taxas de câmbio fixas e flutuantes ver Froyen (2002, p.563 – 569)

²⁴ Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.p.122,tabela 7.1.11

²⁵ Muito se questiona acerca da qualidade do ensino básico e superior e também da classificação entre o indivíduo analfabeto e o alfabetizado utilizada na mensuração daquele índice

²⁶ Os valores para os anos de 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993 e 1995 foram, respectivamente, 20,0%; 17,0%; 19,7%; 19,0%; 19,0%; 18,3%; 16,3% e 15,5%. Segundo dados do IBGE, Censo Demográfico 1991 e Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1986-1990, 1992-1993, 1995.

4. A VISÃO HETERODOXA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Sob a égide da discussão convencional do desenvolvimento econômico a economia brasileira pouco evoluiu nas décadas entre 1980 e 2000. Isto decorre de uma análise restrita a modelos de crescimento que se valem de variáveis macroeconômicas como poupança, produto interno bruto, renda *per capita* e o comportamento da força de trabalho. Os mesmos modelos de análise se valem de índices estatísticos que carecem de uma correlação materialística com a realidade nacional e uma contextualização com outras esferas importantes ao tema do desenvolvimento econômico como a sociedade em seu conjunto de instituições.

Esta seção procurará trabalhar com esses fatores também fundamentais ao desenvolvimento econômico, mas que não foram o foco originário das análises convencionais do desenvolvimento brasileiro.

4.1 BRASIL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECONOMIA

A modelagem clássica do desenvolvimento econômico advogava como princípio norteador do crescimento econômico o investimento. Para a consecução deste era fundamental a acumulação de capital nas mãos dos mais ricos, pois eles seriam os únicos na condição de enxergar as possibilidades de lucro na economia. O melhor exemplo disto está na política de “primeiro fazer o bolo crescer para depois distribuir” colocada em prática pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto na década de 1970.

Foi Kuznets (1955)²⁷ quem popularizou a noção de distribuição de acordo com um U invertido. Para o autor durante os estágios iniciais do desenvolvimento, quando o investimento em capital físico é maior, a desigualdade estimula o crescimento na medida em os recursos são alocados para aqueles que poupam e investem mais. Posteriormente essa concentração vem a diminuir, quando houver ocorrido uma transferência substancial de mão-de-obra para o setor industrial (Ramos, 1990 p.184).

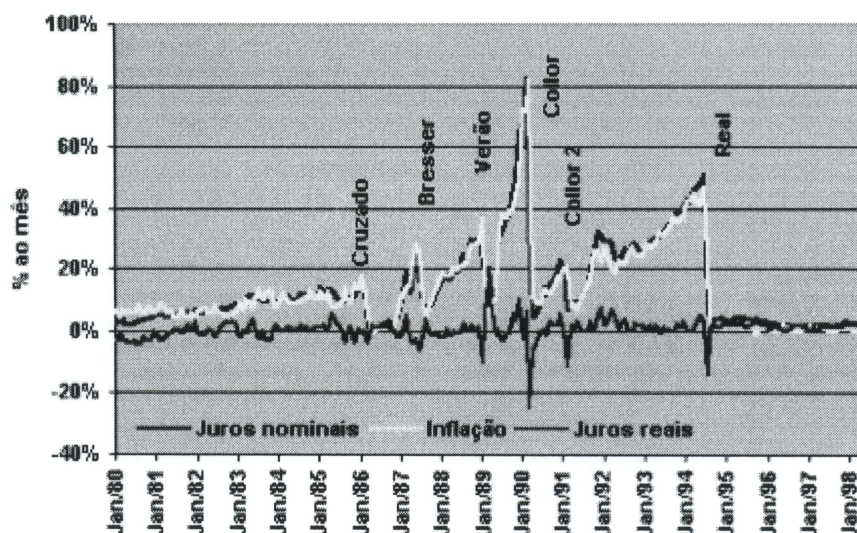
De um ponto de vista heterodoxo, notadamente keynesiano, este tipo de política pouco contribuiu para o desenvolvimento da economia, posto que existem

²⁷ Um exemplo gráfico dessa curva está contido no Anexo 3.

fatores conjunturais e estruturais que impedem a transformação dessa renda acumulada em investimento. Entre os conjunturais Sicsú (2008, p.136) coloca: taxa de juros elevada, inflação e a valorização cambial. Enquanto que os estruturais dizem respeito, segundo o mesmo autor, aos hábitos das classes mais ricas em poupar a renda adicional haja vista já terem seu consumo satisfeito.

Baseando-se no estudo de Lacerda (1994) observa-se que durante os anos 80 a economia brasileira interrompeu um ciclo de expansão que vinha desde 1950, caiu num processo inflacionário crônico e ampliou o fosso da desigualdade de renda. O estrato dos 1% mais ricos ampliou sua renda em 33,1%, de 13% em 1981 para 17,3% em 1989, enquanto que a parcela dos 20% mais pobres perdeu, no mesmo período, 25,9% do que apropriavam anteriormente. O balanço da década em termos de crescimento do PIB é de um aumento médio de 1,3% ao ano. A inflação mensal segundo o IGP-DI variou de 5% a 80% entre 1980 e 1989, a mesma característica pode ser observada na evolução dos juros reais.

Gráfico 2 – Taxas de Juros²⁸ e Inflações mensais²⁹



Disponível em: <http://ecen.com/eee10/crise98.htm>. Acesso em: 14/11/11.

A partir desse cenário na década de 1980 fica evidente que a concentração de renda nas mãos dos mais ricos não gera o tão esperado investimento, logo o crescimento econômico não é alcançado. Quando os fatores conjunturais, como a inflação descontrolada e as altas taxas de juros, passam a fazer parte desse

²⁸ Os juros reais foram obtidos descontando-se dos juros nominais a inflação medida pelo IGP-DI, mês a mês.

²⁹ Os dados da inflação são do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

panorama as condições para alcançar o desenvolvimento econômico nacional ficam piores e o bem-estar geral se deteriora, podendo a economia, se lograda aos mecanismos naturais de ajuste ficar fadada ao retrocesso.

Dentro de um processo inflacionário existem dois lados (trabalhadores e empresas) com interesses conflitantes em que ambos anseiam por defender sua participação da renda (Bresser; Nakano, 1984 p. 62). O que faz essa balança pender para o lado dos trabalhadores é a força sindical, enquanto que para o lado das empresas é a capacidade de estabelecer os preços (*mark-up*). Anacronicamente, as classes trabalhadoras tem seu poder de compra deteriorado por causa do poder de fixação de preços das firmas. As classes mais abastadas devido a capacidade de criar mecanismos de defesa da renda, como a correção monetária, conseguem manter seu poder de compra ao longo do tempo relativamente aos trabalhadores. Assim sendo, o processo inflacionário torna-se concentrador auxiliando de sobremaneira para o comportamento da variável renda durante a década de 80.

Embora a economia brasileira não tenha obtido os resultados mais satisfatórios possíveis em termos dessas variáveis econômicas globais (inflação, taxas de juros e renda) é inegável o desempenho que se obteve em se tratando de conhecimento científico, teórico e prático dos fundamentos econômicos brasileiros. Isto se deu graças às análises da comunidade acadêmica sobre as bases do sistema econômico nacional e pelas sinergias destas com as políticas públicas. São notáveis os efeitos positivos da intervenção estatal para o controle das variáveis macroeconômicas. Por mais pontuais e direcionadas que possam parecer, as iniciativas postas em prática desde o Plano Cruzado lançaram as bases para a mudança estrutural *per sí* que veio a acontecer definitivamente com o Plano Real.

Conquanto a concentração de renda não tenha tido os efeitos esperados sobre o investimento é importante salientar que existiram outros fatores conjunturais para o desempenho brasileiro no período estudado, a saber: cenário internacional, contração de crédito, aumento dos preços do petróleo e as taxas de juros norte-americanas.

4.2 BRASIL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES

Em termos de institucionalidade o Brasil galgou modificações estruturais ao longo da década de 80. Em termos globais o país sai de um modelo autoritário lastreado no poder e dominação com o uso da força, tradicionais desse tipo de governo, para o Estado democrático de direito focado nas liberdades fundamentais da pessoa humana, as quais foram reconhecidas e positivadas em uma Constituição. Alterou-se também a forma de escolha dos governantes por meio de eleições diretas³⁰ em um sistema pluripartidário ampliando a participação política de um modo geral.

Durante o mesmo período, segundo Giambiagi e Além (2010, p.121), houve avanços significativos do ponto de vista gerencial e no que diz respeito à transparência³¹ das contas públicas, principalmente pela eliminação de uma série de problemas e distorções herdadas nos anos 1970. Esse progresso das instituições enquanto normas, leis e deveres aliou-se com a necessidade macroeconômica de dinamizar a economia brasileira para competir em níveis internacionais, criando o ambiente propício à inovação. O imperativo de estar na vanguarda espalhou-se para o ambiente microeconômico, ou seja, do indivíduo, compelindo muitos agentes a perseguirem maiores níveis de educação.

O primeiro ponto fica claro quando se observa o choque concorrencial sofrido nos início dos anos 90 pelas empresas brasileiras, quando da abertura comercial motivada pelo Plano Real. De acordo com Pinheiro e Bonelli (2002, p.140) ocorreu um aumento de produtividade da mão de obra no setor de produtos químicos, bem como, no complexo metal-mecânico como forma de compensar a crescente competição estrangeira. No que tange a qualificação profissional, observa-se um grande incremento no número de estudantes no ensino superior. Pelos dados de Schwartzman (2002), houve um aumento em torno de 45% no número de matrículas nas universidades brasileiras desde 1990 até 2000. As causas desse processo serão discutidas adiante na seção sobre o aspecto social.

Em termos institucionais é preciso lembrar-se dos avanços em matéria do Direito Ambiental que ocorrem desde 1980. No Brasil, o emergente Direito Ambiental

³⁰ Lei 4737 de 15 de julho de 1965 - Código eleitoral brasileiro – disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737.htm

³¹ Essa maior transparência pode ser sentida quando se analisa a o índice de percepção de corrupção (ver anexo 1) que, desde sua criação em 1996, para o caso brasileiro vem melhorando.

estabelece novas diretrizes de conduta, fundamentadas na Política Nacional do Meio Ambiente (lei 6.938, de 31/8/81). Esse código estabelece definições claras para o meio ambiente, qualifica as ações dos agentes modificadores e provê mecanismos para assegurar a proteção ambiental, item fundamental para o desenvolvimento econômico ser sustentável (Antunes, 2005).

Após a Rússia decretar a moratória de sua dívida, em 1998, o Brasil propôs um pacote de medidas fiscais que envolvia o aumento da contribuição previdenciária do funcionário público e uma maior austeridade fiscal dos estados da Federação. A primeira proposta foi vetada no Congresso e teve como reflexo no setor externo uma aceleração da saída de capitais. A outra proposta tem como expressão maior a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) editada pelo governo em outubro de 1998 e as renegociações das dívidas internas dos estados. (Giambiagi *et al.*, 2005)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um mecanismo criado com o intuito de propiciar ao cidadão um maior controle dos gastos públicos e uma maior transparência na aplicação dos recursos públicos. A LRF ou Lei Complementar nº 101 estabeleceu limites, normatizando a prestação de contas, ou seja, quanto e como se gastam os recursos públicos. Mais especificamente ela obriga que o administrador estabeleça metas, e condições para a execução orçamentária, bem como para a previsão, a arrecadação e a renúncia das receitas. Além disso, este diploma legal inova na medida em que estabelece pesadas sanções para os governantes, de qualquer esfera (Federal, Estadual ou Municipal), que despenderem recursos irregularmente (Figueiredo, 2001).

Para Figueiredo (2001) a diafaneidade da LRF, está assegurada principalmente pelo incentivo à participação da população e pela realização de audiências públicas no processo de elaboração assim como no curso da execução dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos.

A nação ganha em termos institucionais, pois prova que o Estado de Direito está caminhando conjuntamente com a evolução das necessidades práticas de sua população. Enquanto que esta sai beneficiada haja vista que exige das autoridades uma postura planejadora, consciente e eficaz para com o gasto público, em outras palavras aloca os recursos mais eficientemente. Há também os ganhos em termos de liberdade para a população com esse tipo de medida jurisdicional, posto que permite o fácil acesso às informações das ações a serem praticadas pelos

governantes. De maneira geral, a LRF contribuiu de maneira singular para o processo de desenvolvimento econômico em termos de instituições.

4.3 BRASIL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O desenvolvimento econômico e social está relacionado aos caminhos do desenvolvimento, a criação de uma estratégia nacional cuja origem esteja no seio da sociedade. Ela não pode ser de nenhuma maneira imposta de cima para baixo e tem de necessariamente ser compartilhada, estar no cidadão e ser para o cidadão (Bresser-Pereira, 2004). Essa estratégia concentra uma simbologia que não pode ser “criada em laboratório ou em gabinetes” Sicsú (2008, p.140) tem de ser coletiva, como foi o slogan “Diretas já”, no final dos anos 80, que movimentou milhões de brasileiros para a questão da redemocratização.

Estando nos indivíduos é que se formam expectativas positivas e orientam a economia para bons rumos. Tendo o foco no cidadão³² é que se procura formular e aplicar políticas para a melhoria do padrão de vida e bem-estar em termos de educação e saúde qualificando os indivíduos e por sua vez influenciando aquelas expectativas. Para isso é preciso uma postura ativa do Estado, com investimentos naquelas áreas satisfazendo as expectativas.

Para Todaro (2006, p. 363) saúde e educação são um fim em si mesmos. Ambos são fundamentais para o crescimento das capacidades humanas e no rompimento dos ciclos viciosos de pobreza. A educação auxilia na absorção de tecnologias, melhora a saúde, pois na escola aprende-se a ter higiene básica e pessoal. A saúde aumenta a produtividade e as chances de sucesso de se obter os retornos do tempo e recursos dispendidos em educação.

A reforma sanitária brasileira foi impulsionada pela sociedade civil, de forma simultânea ao processo de democratização (Paim, 2011 p.10). O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição de 1988, Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90, e tem como princípio base “a saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado” (Paim, 2011 p.3). O SUS promoveu a saúde para uma parcela

³² Aqui se utiliza o termo cidadão e não contribuinte para se opor a visão liberal que insiste em utilizar a expressão contribuinte. A expressão liberal enfatiza que tão somente aqueles que contribuíram deveriam ter acesso aos benefícios da arrecadação. Enquanto que na verdade a arrecadação é pública, sendo de todos, mesmo daqueles que não contribuíram para a sua formação (Sicsú, 2008 p.151)

considerável da população brasileira, melhorando o acesso à atenção básica e de emergência, com programas nacionais de vacinação e de assistência pré-natal. Além disso, outra iniciativa importante está nos grandes esforços para fabricar os produtos farmacêuticos mais essenciais a realidade nacional, ou seja, doenças endêmicas (tuberculose, hanseníase, chagas, malária etc.), parasitárias (ascaridíase, filariose etc.) e crônico-degenerativas (hipertensão e diabetes)³³. Todo esse empenho fez, de acordo com a Tabela 2, a expectativa de vida do brasileiro na média aumentar em 11 anos desde a década de 1980 a 2011.

Falar sobre a educação no Brasil demanda discorrer concomitantemente sobre as políticas sociais de combate a pobreza colocadas em prática, porque essas políticas de distribuição de renda exigiam uma contrapartida daqueles que a recebiam em termos de matrícula, frequência e rendimento (Langellier, 2008).

No curto prazo esses programas objetivam aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano, interrompendo o círculo vicioso em que essas pessoas se encontram³⁴. Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas de 2011 os anos efetivamente dispendidos nos bancos escolares pelo brasileiro médio aumentou 276% desde 1980, passando de 2,6 anos para 7,2 em 2011. Muito embora os anos esperados de estudo tenham decrescido 0,4 anos.

³³ Uma boa fonte de pesquisa sobre o tema esta no RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, disponível em <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/rename2010final.pdf>> Acesso em: 26/11/2011. Para uma lista completa dos medicamentos excepcionais ver <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/dsra/protocolos/04_programa.pdf>

³⁴ Para mais detalhes sugere-se o estudo de LEGOVINI, Arianna e REGALIA, Ferdinando. *Targeted Human Development Programs: Investing in the Next Generation*. Inter-American Development Bank, Sustainable Development Department, Poverty and Inequality. Washington, DC 2001. Observa-se que essa forma de combate a miséria em que uma espécie de “contrato social” com os beneficiários é criada tem sido exemplo para outros países em desenvolvimento e paradoxalmente países como os Estado Unidos da América, notadamente, Nova Iorque tem feito programas semelhantes como o *Opportunity NYC*. O Anexo 4 traz algumas informações gráficas relativamente aos dispêndios com o programa Bolsa Família retirados do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

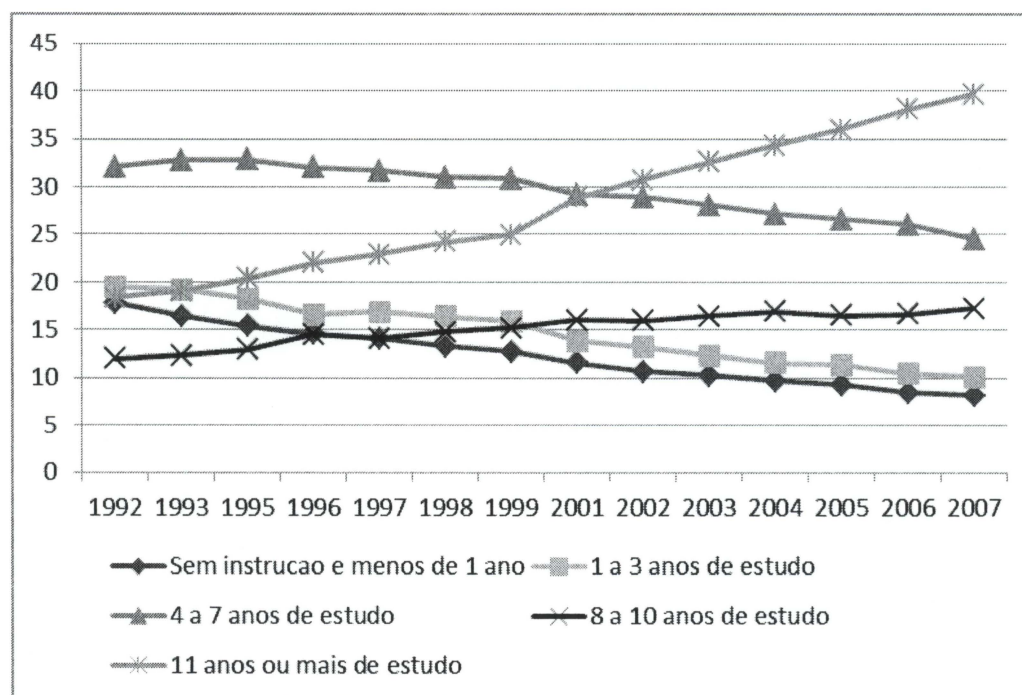
Tabela 2 – Algumas medidas de desenvolvimento 1980 - 2011

	Life expectancy at birth	Expected years of schooling	Means years of schooling	GNI per capita (2005 PPP\$)	HDI value
1980	62.5	14.1	2.6	7,306	0.549
1985	64.4	14.1	3.2	6,732	0.575
1990	66.3	14.1	3.8	6,978	0.600
1995	68.3	14.1	4.6	7,610	0.634
2000	70.1	14.5	5.6	7,698	0.665
2005	71.6	14.2	6.6	8,260	0.692
2010	73.1	13.8	7.2	9,812	0.715
2011	73.5	13.8	7.2	10,162	0.718

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2011

O gráfico 3 evidencia que o empenho do governo em providenciar educação para a população se justifica, na medida em que o mercado de trabalho formal cada vez mais procura profissionais qualificados. Para promover isso as políticas de acesso e melhoria do ensino universitário³⁵ contribuíram de sobremaneira.

Gráfico 3 - Percentual da população economicamente ativa ocupada por anos de estudo



Fonte: IBGE

³⁵ Exemplos: PROUNI -Programa Universidade para Todos, FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

É preciso lembrar que a percepção no nível do indivíduo de que mais anos de estudo leva a melhorias de renda provocou um aumento no número de pessoas com mais anos de estudo. Muitas dessas pessoas procuram níveis mais altos de educação com vistas a ampliarem sua produtividade. Isso é um fator competitivo extremamente importante no nível macroeconômico e deveras importante para o processo de desenvolvimento econômico.

O gráfico 3 evidencia não só a necessidade de se especializar para galgar uma posição no mercado formal, mas também que o padrão de competitividade da economia muda e os indivíduos se adaptam a isso. Cabe ressaltar que sob o ponto de vista de qualificação dessa mão de obra o governo possui um papel fundamental na medida em que promove políticas educacionais e trabalha para criar mais vagas em escolas e universidades alterando o perfil da população e, por consequência, do país para outro nível de excelência. Padrão este mais qualitativo.

4.4 MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO E PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: CONSENSO?

O entendimento das bases em que se estrutura a economia brasileira dentro de seu processo histórico de desenvolvimento é objeto de muitas indagações. A releitura de elementos ortodoxos e heterodoxos que fazem parte de um conceito dinâmico de desenvolvimento econômico contribui para a percepção de que a partir da década de 1980 o país caminha no sentido de um modelo qualitativo. Isto, por sua vez, é refletido pela abrangência sistêmica que o desenvolvimento econômico adquiriu após as sucessivas crises e os constantes debates ao longo dos últimos 30 anos e através da inclusão de variáveis “interdisciplinares” como é o caso do Social e das Instituições.

A noção de interdisciplinariedade é trabalhada por Angela Ganem (2011, p.63-73). Isto demonstra que o caráter quantitativo é insuficiente para entender o novo ciclo que o país se inseriu na medida que passou do ponto de inflexão de seu processo desenvolvimentista nos anos 1980. Para Malta *et al* (2011, p.48) o

desenvolvimento foi então alçado ao nível de elemento solidificador do movimento de redemocratização e de estratégia para o país, ou seja, conseguiu estabelecer uma rede abrangente no aspecto social (estratégia) e institucional (redemocratização).

É dessa maneira que podemos compreender o processo de desenvolvimento econômico brasileiro como estando voltado para o aspecto qualitativo defendido pelos estruturalistas ligados à CEPAL, haja vista que envolve um processo de mudança da estrutura econômica e social. Econômico no sentido de que o alcance do equilíbrio macroeconômico após as lutas dos anos 80, em uma perspectiva ampla, permitiu que a sociedade brasileira transformasse os impulsos de crescimento econômico em melhores níveis de qualidade de vida alcançados pelo desenvolvimento dos serviços de saúde, educação e os burocráticos desde o plano normativo (constitucional) até o prático.

É preciso destacar que existem problemas fundamentais a serem lidados no processo de desenvolvimento econômico brasileiro nessas três áreas chaves. Eles estão divididos para fins acadêmicos muito embora não possam ser segmentados no momento da aplicação de políticas econômicas sob a pena de causar desequilíbrios cuja reversão seja lenta e custosa. Como Maria Malta disse (Malta 2011, p. 209) o governo não pode optar por erradicação da pobreza ou distribuição de renda, estes não são objetivos contraditórios, mas sim complementares. Para auferir eficácia e eficiência o desenvolvimento econômico tem de ser trabalhado paradigmaticamente com ações abrangentes na área da Economia, Instituições e em seu aspecto Social.

O debate sobre estes três temas no caso brasileiro ainda é latente. Existem leituras de um mesmo processo que divergem I) pela matriz teórica do autor; II) pelas variáveis que este se propõe a analisar e III) pela base de dados utilizada. Historiadores costumam dizer que um texto sobre um período fala mais sobre quando foi escrito do que sobre o que pretendia trabalhar. É por isso que os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro do ponto de vista acadêmico não traz um resultado “fechado” e “definitivo”, pois este está em construção. Não é “fechado” porque ele permite a inclusão de “n” elementos na análise da sua evolução qualitativa e não é “definitivo” pela simples razão de que o paradigma só será inteligível em sua plenitude quando for superado. Note-se que a trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro é única, mas a percepção de que um novo

ciclo se inicia ocorre quando se olha para o passado. Ressalva-se que inexistente um consenso, bem como, uma harmonização no sentido de apontar quando a transformação se inicia, matura e completa-se.

Aqui se intentou ressaltar algumas características que podem auxiliar na compreensão desse novo paradigma de desenvolvimento, mais qualitativo e sobre medidas não tradicionais. Observa-se que os desdobramentos desse debate ainda estão por vir e prometem “reinterpretar, revitalizar e, mais importante, sistematizar o pensamento econômico brasileiro, marcado pela questão do desenvolvimento [econômico]” (Bielschowsky in Malta *et al*, p.9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que o conceito tradicional de desenvolvimento econômico já não proporciona uma resposta significativa para o problema fundamental da riqueza das nações. O crescimento econômico apesar de almejado durante muito tempo não se traduziu em desenvolvimento econômico. Este só pode ser entendido como um processo global que envolve múltiplas inter-relações entre elementos econômicos, sociais e político-institucionais, objetivando em cada esfera, respectivamente, eficiência, equidade e liberdade.

O caso brasileiro é paradigmático e ao mesmo tempo exemplar quando se trata de diferenciar crescimento de desenvolvimento. Os anos anteriores à década de 1980 foram conhecidos pelo “milagre econômico”, anos de elevados índices de aumento do PIB e industrialização. O modelo escolhido industrializou o país, mas não resolveu seus problemas sociais, em verdade acabou por agravá-los, ou seja, não gerou desenvolvimento econômico para a sociedade como um todo. Além disso, construiu uma estrutura produtiva lastreada num paradigma tecnológico que não estava no estado-da-arte.

Durante a década 1980 os *policy makers* tiveram de lidar com aqueles problemas pretéritos e outros conjunturais que agravavam as condições de bem-estar da população como a inflação galopante, dívida externa, a desvalorização cambial e um regime não democrático, para citar alguns.

A estabilização macroeconômica foi perseguida com afinco, para tanto se procurou entender as raízes dos processos e atacar as causas primárias. Os diversos planos de estabilização da década trouxeram os conhecimentos necessários para que no período seguinte o ajuste fosse efetivo. A conjuntura do momento auxiliou para que a democracia prevalecesse dando assim o gatilho às mudanças da década de 1990.

Não obstante o êxito das políticas de ajuste o Brasil, novamente um estado democrático de direito, pode prosseguir sua caminhada em direção a maiores níveis de desenvolvimento econômico. Durante o trabalho viu-se que a criação do SUS e dos programas de inclusão social e erradicação da miséria, bem como o reaparelhamento do Estado e o aumento da transparência do setor público contribuíram efetivamente na perspectiva de um desenvolvimento econômico mais qualitativo. Na perspectiva de desenvolvimento através da expansão das liberdades

o simples advento da democracia já se constituiu em um passo fundamental para o processo do desenvolvimento nacional.

Quando se exemplifica como o Brasil melhorou relativamente aos anos 1980 por meio da criação de um sistema único, universal e gratuito de saúde e pelas políticas sociais não se está inferindo que estas estão isentas de erros ou que inexistem espaço para melhorias. Pelo contrário, quando uma sociedade deseja progredir ela precisa se reinventar como em um processo evolutivo, restabelecendo limites e prosperando conjuntamente nas três áreas-chaves: Economia – Instituições e Sociedade.

Verificou-se que saúde é necessária para que os melhores resultados da educação sejam atingidos. Da mesma maneira a educação é indispensável para a criação e absorção de novas tecnologias em processos econômicos, os quais podem ser mais eficientes sob o escopo de um marco jurídico-legal equânime e eficaz na medida em que isso reduz os custos de transação e equilibra a distribuição dos rendimentos. A melhor distribuição de renda é outro componente que não pode ser olvidado de estratégias políticas e modelos de desenvolvimento, pois a inclusão de segmentos sociais na estrutura de consumo e o fortalecimento do mercado interno permite incrementar a dinamicidade da estrutura econômica.

Além de todos esses elementos o Brasil não pode esquecer-se da lição transmitida pela Comissão Brundtland³⁶ que discutiu temas ambientais e evidenciou que qualquer estratégia de desenvolvimento deve “cobrir as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Pixon *et al*, 1994 p.3), haja vista que a degradação do ambiente e dos recursos naturais é uma ameaça potencial ao desenvolvimento de longo prazo.

Abordando todas essas variáveis sobre pontos de vista epistemológico distintos pode-se afirmar que os modelos tradicionais de desenvolvimento econômico não são capazes de capturar as distintas dimensões do que consideramos ser um desenvolvimento econômico qualitativo que englobe bem-estar e melhoria das condições de vida inerentes a pessoa humana no caso brasileiro. É precisamente por isso que se identifica a década de 1980 como um

³⁶ É o documento intitulado (*Our Common Future*). Foi publicado em 1987 e versa sobre o desenvolvimento econômico sustentável. O anexo 5 traz um infográfico na forma de diagramas de Venn onde fica evidente em que ponto a estratégia de desenvolvimento deve estar para que o equilíbrio seja alcançado.

turning point na história do pensamento econômico brasileiro. Pensamento este que não é linear, nem está sujeito a somente mudanças graduais, mas também a descontinuidades, ou seja, mudanças de paradigmas. Espera-se que este trabalho auxilie e motive os cientistas e intelectuais a lançarem-se aos estudos desse novo sistema em formação, bem como de suas propriedades, para que se possa entender os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGENOR, Pierre-Richard. *The economics of adjustment and growth*. Academic Press, 2000

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Estratégias de Desenvolvimento e Combate à Pobreza. Dossiê Dívida Social. *Estud. av.* [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 75-116. ISSN 0103-4014

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 8 ed., Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 2005.

ATKINSON, A. *The Economics of Inequality*. Oxford University Press, Londres, 1975.

BAER, W. *A Economia brasileira*. Editora: Nobel - 2ª edição - 2002

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A dívida e a inflação: a economia dos anos Figueiredo 1978-1985*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1985.

_____. *A teoria da inflação inercial reexaminada*. São Paulo: editora Bernal, 1989.

_____. *Macroeconomia da Estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. *Desenvolvimento Econômico e Mudança Institucional: O Papel do Estado*. Junho 2004.

COTELO, Fernando Cardoso e LIMA, Luiz Antônio. *EQUILIBRIO MACROECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS ANOS 80 E 90: O CASO CHILENO*. Análise Econômica da EAESP/FGV, 1997.

De Lara, Fernando. *Governo Lula: Aspectos Teóricos e Evidências da Doença Holandesa e da Desindustrialização*. Curitiba: Unicuritiba, 2010.

FIGUEIRÊDO, Erik Alencar. *Ensaio sobre a Distribuição de Renda e Bem-Estar Econômico no Brasil*. Porto Alegre, 2007.

FIGUEIREDO, Marcelo. *Revista Diálogo Jurídico*, vol. 9 de Dezembro de 2001.

FOOCA, Demian. Parcerias Público-Privadas (PPP) e investimentos diretos estrangeiros. São Paulo, 2004.

FROYEN, Richard T. Macroeconomia. 5ª edição – São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Formação econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURLANETTO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 16. Agosto 2008.

GIAMBIAGI, F. e ALÉM, C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.; HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 9 ed.

GIAMBIAGI, F.; BARROS, O. de. Brasil Globalizado: O Brasil em um mundo surpreendente. São Paulo: Elsevier, 2008.

GIAMBIAGI, F.; PINHEIRO, A. C. Rompendo o Marasmo: A Retomada do Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 79-100 e p. 223 – 250.

GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. e PINHEIRO, A. C. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1 ed. Rio de Janeiro, 1999.

JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 13ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

Kuznets, Simon. *Economic growth and income inequality*. American Economic Review, 65: 1-28, 1955.

LACERDA, Antônio Corrêa de Lacerda. Distribuição de renda no Brasil nos anos 80. REP, vol. 14, nº3, julho-setembro 1994. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/55-11.pdf>. Acesso em: 14/11/11.

LANGELLIER, Jean-Pierre. No Brasil, governo paga bolsa para quem vai à escola. Rio de Janeiro: Le Monde, Tradução: Jean-Yves de Neufville, 18 de setembro de 2008.

MEDEIROS, C. M. de. A Dualidade contemporânea no BR. Rio de Janeiro, ABDE 2006.

MYRDAL, Gunnar. *Economic Theory of Underdeveloped Countries*. 1957

Paim, J. Travassos, C. Almeida, L. Bahia, Macinko, J. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Caderno Saúde no Brasil, 28/05/2011.

PASTORE, A.C. & PINOTTI, M.C. O Futuro do Real: o uso das políticas fiscal e monetária para estabilização interna e externa. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord). *O Real, o crescimento e as reformas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1996.

PASTORE, J. O papel das instituições no desenvolvimento. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2002, vol.40, n.3, pp. 535-546. Brasília 2002. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032002000300001>. Acesso em 05/08/2011.

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

RAY, Debraj (1998). *Development Economics*. Princeton, NJ: Princeton University Press. p. 188.

RAMOS, Lauro. Desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil: 1976-1985. Revista de Econometria Rio de Janeiro Y. X, n. 2, p.181-193 novembro 1990

RAMOS, Lauro e MENDONÇA, Rosane. Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil. Elsevier, São Paulo 2005

SCHULTZ, W. Theodore *Distortions of Agricultural Incentives* – Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1978

_____. *Investment in Population Quality Throughout Low-Income Countries* Em *World Population and Development: Challenges and Prospects*, edited by Philip M. Hauser, pp. 339-60. Syracuse: Syracuse University Press, 1979

_____. *Investindo no Povo* – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 p.23.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo – Abril Cultural, 1982.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010

SICSÚ, João e VIDOTTO, Carlos. *Economia do Desenvolvimento – Teoria e Políticas Keynesianas*. Elsevier: 2008, Rio de Janeiro.

STIGLITZ, Joseph. *Globalization and its Discontents* (2002), p. 53

SUZIGAN, Wilson. *A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial*. Economia e sociedade, 1992

Schwartzman, J e Schwartzman S. *O ensino superior privado como setor econômico*. BNDES, Agosto 2002.

NORTH, D. *Institutions and economic growth: An historical introduction*, Elsevier, 1989

_____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press, 1990

_____. *Economic performance through time*, American Economic Review 84, 1994

PIXON, SECURA, CARPENTER, SHERMAN. *Análisis Económico de Impactos Ambientales*. Banco Mundial, 1994.

TODARO, M. P. *Economic development*, Pearson, 9ª Edição, 2006

WILLIAMSON, E. *Las instituciones económicas del capitalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica. 1989

Williamson, John: *What Washington Means by Policy Reform*, in: Williamson, John (ed.): *Latin American Readjustment: How Much has Happened*, Washington: Institute for International Economics 1989.

ANEXO 1

País Brasil - Colocação em 2010: 69^a

Ano	CPI*
2010	3.7
2009	3.7
2008	3.5
2007	3.5
2006	3.3
2005	3.7
2004	3.9
2003	3.9
2002	4.0
2001	4.1
2000	3.9
1999	4.1
1998	4
1997	3.56
1996	2.96

*CPI = *Corruption Perception Index* - é calculado pela organização não governamental *Transparency International*. O índice ordena os países do mundo de acordo com o grau em que a corrupção é percebida a existir entre os funcionários públicos e políticos. A organização define a corrupção como o abuso do poder confiado para fins privados.

**Elaboração do autor

ANEXO 2

Penetração das importações e crescimento da produtividade (%)

Alto coeficiente importado	Coeficiente de importações (M/M+VP)				1990-2000 p.a.
	1990	1994	1997	2000	% produtividade
Produtos Químicos (exclusive petroquímicos)	14,2	14,1	14,1	15,5	5,2

Fonte: Pinheiro e Bonelli (2002)

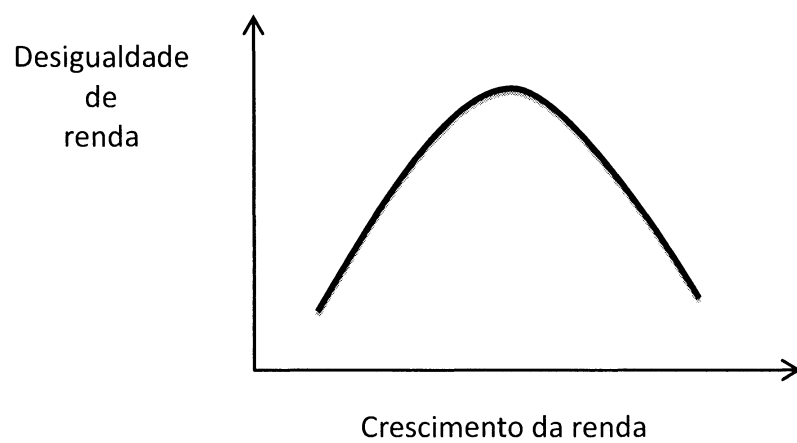
Penetração das importações e crescimento da produtividade (%)

Alto coeficiente importado e aumento na década	Coeficiente de importações (M/M+VP)				1990-2000 p.a.
	1990	1994	1997	2000	% produtividade
Metais não-ferrosos	4,7	7,5	10,4	11,3	6,8
Produtos de metal	1,3	2,5	5,5	5,2	2,6
Mecânica e tratores	12,6	17,8	27,1	20,4	4,7
Equipamento elétrico	8,9	14,2	19,3	22,8	8,6
Equipamento eletrônico	18,5	35,1	40,0	53,4	4,4
Automóveis, caminhões e ônibus	0,5	14,2	12,8	11,8	8,3
Outros veículos	9,0	12,8	19,5	24,9	6,1
Indústrias diversas	6,8	14,5	21,2	20,2	1,6

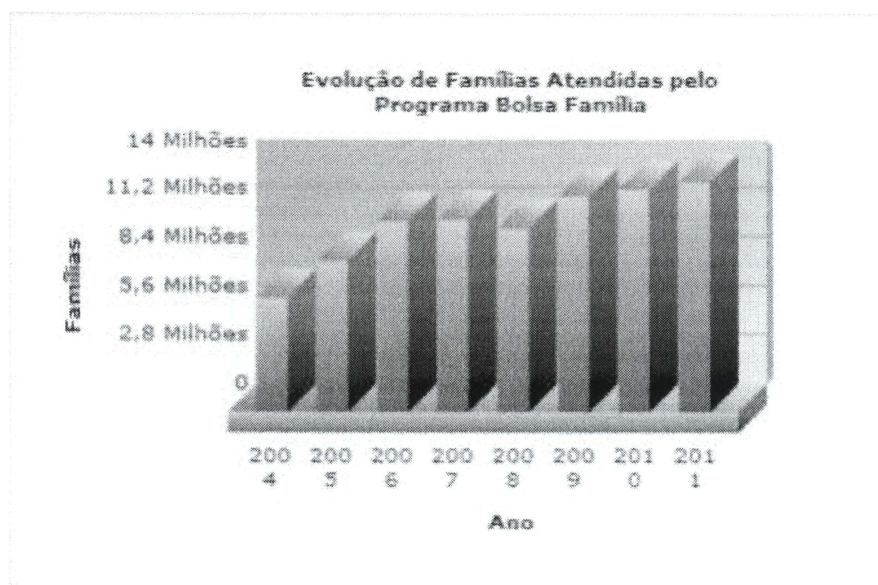
Fonte: Pinheiro e Bonelli (2002)

ANEXO 3

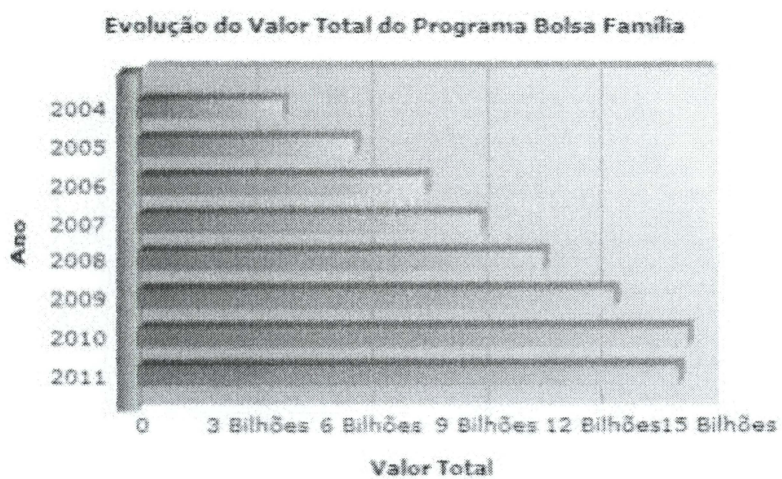
Curva de Kuznets



Elaboração do autor

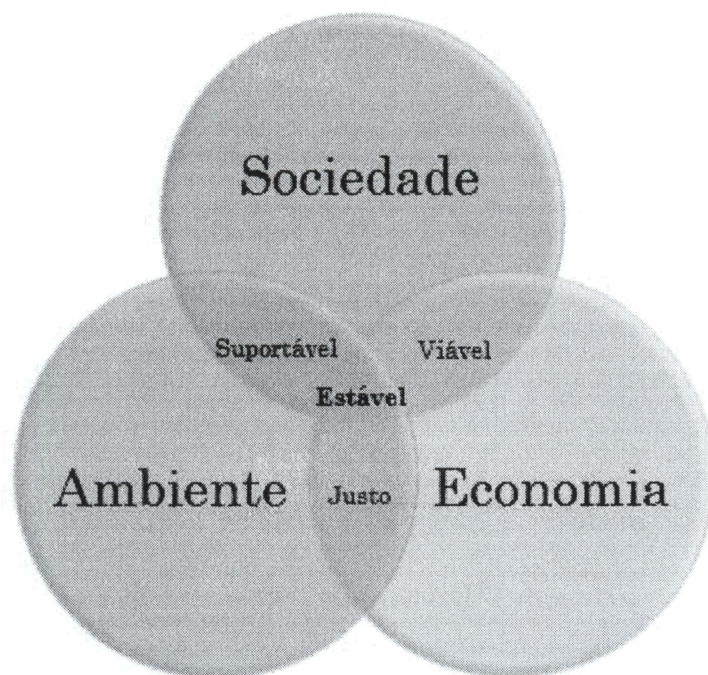
ANEXO 4

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO 5



Fonte: Relatório Brundtland, 1987

ANEXO 6

	IHDI Valor Geral	Perda Geral (%)	Perda causada pela desigualdade em expectativa de vida ao nascer (%)	Perda causada pela desigualdade em educação (%)	Perda causada pela desigualdade na renda (%)
Brasil	0.519	27,7	14,4	25,7	40,7

Fonte: Human Development Report 2011